

Relato da 122ª Reunião do Plenário¹

No dia 19 de outubro de 2015, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima vigésima segunda Sessão Plenária, tendo sido adotada a seguinte ordem de trabalhos (OT):

- **Estado da Educação 2014**
 - **Intervenção Presidente do Conselho Nacional de Educação;**
 - **Intervenções dos(as) Conselheiros(as)**
 - **Debate**
- **Tomada de posse de novos conselheiros**

Tomaram posse os conselheiros: Professor Doutor João José Pires Duarte Redondo, em representação das Associações de Ensino Superior Particular e Cooperativo, Padre Doutor António Manuel Barbosa Ferreira, em representação das Organizações Confissionais e o Professor Doutor Almerindo Janela Gonçalves Afonso, em representação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Estado da Educação 2014 - O presidente abriu a sessão dando nota de que esta seria uma Sessão Solene de Abertura do Ano Letivo, mas que face ao momento político não teria a presença de um representante do governo. Reforçou a ideia de que o CNE deve ter um programa próprio que estabeleça um conjunto de prioridades, para além das solicitações externas, e que o relatório sobre o “Estado da Educação” se desenvolvesse nessa linha. Agradeceu à Assessoria e ao Secretário-Geral o trabalho efetuado, bem como às entidades que contribuíram com a disponibilização da informação necessária.

De seguida, referiu-se ao relatório *Estado da Educação 2014* (EE 2014), salientando que não tinham sido identificadas grandes alterações em relação ao ano anterior. Nessa medida, e considerando a particular conjuntura do País, tinha decidido, na introdução ao relatório, lançar um desafio para os

¹ A gravação integral da Reunião do Plenário encontra-se no arquivo do CNE.

decisores políticos, para os atores educativos e para a sociedade, que consistia em olhar para o futuro da educação. Realçou que a Educação, pela sua natureza, era sempre um projeto de futuro obrigando ao seu entendimento não em função dos ciclos políticos, mas em função dos ciclos educativos que eram mais longos. Seria necessário encontrar um conjunto de leituras sobre a evolução do sistema educativo com vista à construção de cenários e à definição de metas para daqui a 15 ou 20 anos. E referiu a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) de 1986 que, com defeitos e virtudes, estava em vigor desde há 30 anos, não tendo havido, na história das leis quadro do sistema de ensino, nenhuma outra Lei, que não a de 1844, que tivesse estado tanto tempo em vigor. Assinalou ainda ter feito a reflexão sobre os 30 anos da educação, analisando a sua evolução na vigência da LBSE, mas também porque coincidem com os anos de integração de Portugal na União Europeia. Dessa análise resulta que a economia quintuplicou nos primeiros 15 anos, sem que a educação tivesse tido capacidade de resposta imediata a este crescimento, com as qualificações a ficarem aquém das necessidades do desenvolvimento da economia. Pelo contrário, nos últimos 15 anos, a educação produziu mais diplomados do que aqueles que a economia podia absorver, contribuindo para os fluxos migratórios e para a desvalorização dos salários.

Informou que o CNE estabeleceu com a Fundação Francisco Manuel dos Santos uma parceria para o desenvolvimento do projeto AqEDUto: Avaliação, Qualidade e Equidade que irá trabalhar os resultados PISA, analisar a forma como o sistema de ensino evoluiu, dando nota dos problemas que poderão ser agravados se a economia continuar a crescer pouco, pondo-se em causa toda a geração qualificada destes últimos anos.

Retomou a ideia dos cenários e dos desafios prováveis para os próximos 15 anos, dado que este é o tempo de duração média de formação de um aluno desde que entra no sistema de ensino, e identificou as áreas prioritárias até 2030. **1ª prioridade** centrada nas questões demográficas - as projeções apontam para uma redução de 20% dos nascimentos em Portugal nos próximos 15 anos, com naturais reflexos na diminuição do número de alunos e no sobredimensionamento dos recursos humanos e das infraestruturas. **2ª prioridade** centrada no combate ao insucesso escolar - as taxas de insucesso continuam elevadas (12% no segundo ano de escolaridade), pelo que será importante orientar o esforço para a recuperação dos alunos com dificuldades, canalizando os recursos excedentes para o combate ao insucesso escolar. **3ª prioridade** centrada na condição docente - valorização do papel dos professores proporcionando-lhes condições para o exercício da profissão, carreira e acesso à profissão. **4ª prioridade** centrada no currículo - observar as grandes transformações das sociedades e

compreender que tipo de conhecimento deve ser considerado, orientando-o para o desenvolvimento das competências inerentes a este conhecimento. **5ª prioridade** centrada na adequação das qualificações - as qualificações devem ter um nível de especialização que, a par de um conhecimento mais alargado e abrangente, prepare as novas gerações para uma cultura aberta ao mundo.

De seguida, o Presidente passou a palavra aos conselheiros que, depois de tecerem considerações positivas sobre a qualidade e clareza do relatório “*Estado da Educação 2014*”, cumprimentando o Presidente, o Secretário-Geral e a equipa do CNE envolvida na sua elaboração, acrescentaram:

A Conselheira Anabela Grácio destacou alguns aspetos que decorrem deste relatório, nomeadamente a quebra da ideia miserabilista sobre o estado da educação em Portugal; a importância da estabilidade das políticas educativas e a necessidade de se trabalhar a qualidade da formação e o acesso dos professores à profissão. Sugeriu que as reflexões sobre a educação dos próximos 15 anos fossem feitas no CNE.

A Conselheira Conceição Castro Ramos sublinhou a relevância da análise feita na introdução do EE 2014 e os contributos que traz para o debate sobre o sistema educativo e enfatizou a importância da condição docente neste âmbito, propondo que se pensasse sobre o que fazer e como fazer para assegurar a renovação do corpo docente e a transmissão do conhecimento profissional, como selecionar os melhores professores e cultivar a estabilidade profissional. Referiu que estes desafios passam pelas políticas de formação inicial e contínua de professores e lembrou que a 5ª Comissão quer contribuir para esta reflexão com o documento que está a preparar.

O Conselheiro José Augusto Bernardes realçou o esforço de comparabilidade internacional no relatório. Referiu a necessidade de se identificarem não só áreas de convergência, mas também áreas de dissídio técnico e político como, por exemplo, a oferta formativa que as universidades e instituições de ensino superior têm relativamente às necessidades do mercado, e sugeriu que se fizesse uma edição do “*Estado da Educação 2014*” em formato reduzido, que permitisse uma divulgação mais alargada.

O Conselheiro Alexandre Homem Cristo identificou-se com as áreas prioritárias apresentadas pelo Presidente e destacou três aspetos, dois dos quais já tinham sido referidos, a visão de que o sistema tem apresentado resultados positivos, o que contraria a ideia que perpassa muitas vezes na sociedade portuguesa e a importância da valorização dos professores, sendo o terceiro o risco de se colocar o ensino ao serviço da empregabilidade e a tentação política de uma perspetiva utilitarista do ensino

superior, pelo que seria importante abordar as questões do ensino e da empregabilidade com muitas cautelas e deu o exemplo de alguns cursos e até faculdades de áreas das ciências sociais e humanas que fecharam no Japão, na sequência de uma recomendação do Ministro que considerou esses cursos desadequados às necessidades do desenvolvimento.

O Conselheiro Hugo Carvalho mencionou que o documento “Estado da Educação” tem feito o seu caminho e ganhou o seu espaço, tornando-se um excelente documento de consulta para a investigação. Tendo tomado posse recentemente, manifestou a sua disponibilidade para colaborar no próximo relatório.

O Conselheiro Rogério Cação subscreveu a palavras do Presidente sobre as áreas prioritárias, e em particular as relativas ao combate ao abandono e insucesso escolar, acrescentando outra que tem a ver com a concretização da escola inclusiva. Referiu o ensino especial como uma área onde havia ainda muito por fazer, propondo que se percebesse qual era o estado qualitativo da informação que consta no “*Estado da Educação 2014*” sobre esta matéria.

O Conselheiro João Dias da Silva sublinhou o desafio proposto pelo Presidente de se proceder à discussão, análise, debate e avaliação dos 30 anos da LBSE, que permita uma clarificação sobre as opções de médio e longo prazo. Da intervenção do Presidente destacou as palavras debate, compromisso e continuidade das políticas educativas e que o “Estado da Educação” deveria constituir-se como uma fonte de trabalho e de reflexão. Chamou a atenção para a dimensão digital que o conhecimento deve integrar, para a necessidade de se prepararem os estudantes para a vida ativa e não para os exames, sublinhando a preocupação com a atratividade da profissão docente e a formação inicial. Lembrou também os trabalhadores não docentes das escolas, sugerindo que o próximo relatório Estado da Educação os integre na sua análise.

A Conselheira Nilza de Sena referiu que todo o processo agora identificado de melhoria da educação se tem vindo a incrementar desde há 10 ou 12 anos atrás e que o abandono e insucesso escolares teriam que ser um alerta face ao volume de jovens que hoje não trabalham nem estudam. Alertou para dois aspetos que considera particularmente preocupantes como a retenção e o insucesso escolar, mais acentuado nos rapazes, que apresentam melhores resultados a matemática e inovação, do que nas raparigas que estão em maior número nas Universidades. Assinalou os aspetos positivos dos cursos técnicos superiores profissionais, os problemas da sustentabilidade da rede face às questões

demográficas que atingem já o ensino superior e as novas formas de ensino como o *mook*. Sugeriu que no próximo relatório se aumentasse a dimensão analítica.

O Conselheiro Carlos Videira manifestou a sua preocupação com as questões em torno da empregabilidade e da visão utilitária da educação, bem como com o condicionamento da mobilidade geográfica do acesso ao ensino superior, propondo que se refletisse sobre o modelo e o peso dos exames nesse acesso.

O Conselheiro David Rodrigues referiu que, dada a sua dimensão, pode ser necessário equacionar um relatório mais direcionado. Tendo o EE 2014 como ponto de partida para pensar a educação, quer a curto, quer a longo prazo, considera fundamental refletir sobre o que se ensina, mas também como se ensina. Realçou a importância de conceptualizar a escola que queremos e pensar uma educação que se reconfigure de maneira a responder às necessidades.

O Conselheiro Pedro Dominginhos sublinhou a importância de estabilização dos programas e currículos, do combate às desigualdades, do aumento das qualificações, da necessidade de conferir maior plasticidade ao sistema, como resposta à exigência de uma educação mais global e referiu-se ao facto de a educação digital ser fundamental.

A Conselheira Maria Calado destacou alguns aspetos como a demografia e a evolução da educação nos últimos 30 anos e chamou a atenção para o facto de o País não ser uniforme, tornando-se, por isso, necessária uma abordagem e uma visão territorial.

O Conselheiro Antero Resende deu ênfase aos problemas que considera existirem no sistema educativo e que não são medidos no relatório, nomeadamente a escassez de recursos humanos no ensino especial, o impacto das frequentes revisões curriculares no saber dos alunos (educação sexual e educação para o risco), e mencionou o facto de muitos jovens ainda hoje se endividarem para poderem estudar no ensino superior.

A Conselheira Vanessa da Silva referiu-se à necessidade de haver estabilidade das políticas educativas e de que os ciclos de implementação cumprissem todo o seu processo até ao fim. De igual modo, chamou a atenção para a necessidade de não se confundir ensino pré-escolar com apoio à infância, de se reforçar a valorização e o papel dos docentes, de se analisar a desorçamentação do ensino pré-escolar e dos impactos que esta questão acarreta para os municípios e de avaliar as questões relacionadas com os trabalhadores não docentes.

O Conselheiro Pedro Almeida Freire sugeriu que se pudesse debater no futuro, no CNE, a questão da produtividade, que considera estar intimamente ligada à riqueza, ao crescimento económico e ao desenvolvimento e que é um tema pouco falado em Portugal. Propõe que esse debate possa ser feito a dois níveis: na criação de uma cultura formativa nas escolas onde este tema seja introduzido e no estabelecimento de um critério de produtividade que pudesse ser inserido no relatório “Estado da Educação”.

O Conselheiro Álvaro Santos realçou a pertinência e importância dos artigos que estão na II parte ~~final~~ do documento, porque rompem com aquilo que é o senso comum de que é a economia que condiciona a educação. Lançou desafios no sentido de as organizações escolares virem a ter a possibilidade de flexibilizar espaços e tempos de trabalho, das lideranças serem de qualidade apostando-se igualmente na sua formação e que se discutisse a questão da organização dos ciclos, bem como a flexibilização do processo educativo, no âmbito da reflexão sobre a LBSE.

O Presidente agradeceu os contributos e declarou que o CNE iria analisar a ~~sua~~ incorporação de algumas sugestões em futuros relatórios. Reiterou a necessidade de se olhar para além do mercado de trabalho pois temos de formar cidadãos livres, autónomos, responsáveis e profissionais, mas que a dimensão mercado de trabalho tinha de ser equacionada, pois Portugal tem mais de duzentos mil jovens que nem estudam nem trabalham. Deu nota da necessidade de se olhar para a oferta formativa, apresentando o exemplo da área de enfermagem, de se qualificarem os profissionais do ensino especial, lembrando o relatório técnico e a recomendação produzidos pelo CNE sobre esta matéria, e de se apostar na formação inicial de professores, profissão que tem de ser valorizada e dignificada.

O Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos da 122ª sessão plenária.